



# Anais da Assembléia

N. 149 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielise Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, dispensa de Votação da Redação Final, para os projetos de lei aprovados em 3ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações, até o término do presente período extraordinário.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se registre nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento do Doutor DIVONSIR BORBA CÔRTEZ, ocorrido dia

18 de dezembro de 1985 e, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Antônio Annibelli e Luiz Alberto de Oliveira

#### JUSTIFICATIVA:

O povo paranaense está enlutado pelo falecimento do Doutor DIVONSIR BORBA CÔRTEZ, advogado e jornalista, ocorrido na data de ontem.

O Doutor Divonsir, nascido nesta Capital, desempenhou relevantes serviços, em sua vida pública e, muito realizou pelo nosso Estado.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Procurador de Justiça, ocupou a cadeira de Deputado Estadual, em nossa Assembléia e, também, a de Deputado Federal, onde representou condignamente o Paraná, chegando ao cargo de 1.º Secretário da Câmara dos Deputados.

E, neste momento, de tristeza e dor, sobrevém a necessidade do Poder Legislativo Paranaense se associar às últimas homenagens prestadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, que se registre nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MINORO MIYAMOTO e, que da decisão da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Antônio Annibelli.

#### JUSTIFICATIVA:

Fomos lamentavelmente surpreendidos pela notícia do falecimento do Senhor Minoro Miyamoto, Chefe do Escritório de Representação do Paraná em Brasília, ocorrido na data de ontem.

A comunidade paranaense abalada, com o triste desaparecimento, deve reconhecer de público os relevantes serviços que o Senhor Miyamoto prestou, na sua vida pública, em prol do nosso Estado, inclusive ocupando a cadeira de Deputado na Câmara Federal.

E, portanto, é mister que este Poder se associe às últimas homenagens prestadas nesta hora de tristeza e luto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, na data de ontem, do DR. DIVONSIR BORBA CÔRTEZ, com 85 anos de idade.

Era filho de Joaquim de Siqueira Côrtes e D. Helena Borba Côrtes, já falecidos. Deixou viúva a Senhora Dalila Martins Côrtes e os filhos: Divonsir Borba Côrtes Filho, Clóvis Martins Côrtes e Luiz Carlos Martins Côrtes. Deixa ainda, 7 netos e 3 bis-

O extinto recebeu o diploma de bacharel em Direito em 1935, pela Faculdade de Direito do Paraná. Exerceu o cargo de Promotor Público em Malé, sendo removido para as promotorias das comarcas de Tomazina, Piraí do Sul; Carlópolis, Guarapuava e Ponta Grossa.

Desempenhou ainda, as incumbências de 1.º promotor, curador de menores e casamento de Curitiba.

Foi Deputado Estadual, fazendo parte da Comissão Executiva, na qualidade de 1.º Vice-Presidente. Como Deputado Federal, exerceu o cargo de Secretário da Câmara Federal.

Seu desaparecimento veio a consternar a todos que o conheceram.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) FUAD NACLI

Apoio: Anibal Khury e Luiz Alberto Oliveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo ao empresário Igarassu Landuci Louzada, novo presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina.

Trata-se de um homem honrado, empresário dinâmico, que tem tido extraordinária presença no debate dos problemas que afetam os interesses de Londrina e do Paraná.

Sua eleição trouxe grande alegria ao empresariado paranaense, pela firmeza de suas posições.

Por isso, a conveniência da homenagem do Poder Legislativo Estadual à investidura de tão admirável figura humana no comando da ACIL.

Requeiro que o homenageado, bem como os demais diretores da entidade sejam comunicados da decisão desta Casa, através da ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina, no edifício Palácio do Comércio, em Londrina.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o mais veemente apelo ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja construído um edifício para as instalações da Agência de Rendas no Município de Francisco Alves.

Por estes motivos é que solicitamos a instalação da Agência de Rendas, e temos certeza que nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, o Deputado abaixo assinado, REQUER, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Afonso Camargo Neto, Ministro dos Transportes, sugerindo ao mesmo que seja denominada de Rodovia "ARI BORBA CARNEIRO", o trecho

da estrada rodoviária que liga a localidade de Três Bicos à cidade de Cândido de Abreu.

Ari Borba Carneiro foi um dos pioneiros da região de Cândido de Abreu e tronco de tradicional família paranaense.

Sala das Sessões, em 19/12/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando as razões que a levaram a suspender por 15 dias o professor ANTÔNIO ZANDER FILGUEIRAS, pela Resolução n. 5328/85.

Sala das Sessões, em 19/12/85.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do art. do professor Arsênio Muratori, intitulado "O Paraná, a seca e o xisto", publicado no jornal "Gazeta do Povo" de 15.12.85.

Sala das Sessões, em 19/12/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Por ser de interesse e relevância mercedores não só do registro mas do debate político por parte dos integrantes deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Produziu o Paraná, neste ano agrícola de 1985, a maior safra de trigo de sua História: 2,6 milhões de toneladas, o que representa mais de 60% de uma safra nacional recorde, de 4,2 milhões de toneladas.

Na média dos últimos sete anos, o Paraná foi o maior produtor nacional de trigo em seis anos, com uma participação em torno de 55% da safra brasileira. Isto demonstra que a triticultura no Paraná é viável e deve ser apoiada.

Lembro-me que em meu primeiro discurso nesta Casa de Leis, na sessão de 13 de julho de 1955, eu, jovem Deputado por União da Vitória e Sul do Paraná, previa que a lavoura do trigo iria se expandir em nosso Estado e poderia alcançar inclusive as terras do Sul, consideradas de baixo proveito, como a bacia da Lapa. Hoje o trigo está plantado em todas as regiões do Paraná.

Nestes trinta anos a triticultura passou por fases de euforia e momentos de desalento. Quando a safra era elevada, choviam os elogios ao desempenho desse cereal nobre, uma das bases da alimentação do povo brasileiro. Quando ocorria queda de safra havia desânimo e indicações de desestímulo ao trigo nas áreas tradicionais do Sul do Brasil.

A realidade é que, ao longo de uma geração, a lavoura do trigo progrediu firmemente entre nós, gerando riqueza para a agricultura e renda para os governos. Basta lembrar que só de ICM, a safra atual de trigo está rendendo Cr\$ 600 bilhões.

E mais, com a perda quase total que se prevê para as lavouras de verão — diante de uma seca prolongada — só os ganhos com o trigo salvarão nossos agricultores da ruína.

Tanto houve ganho de produtividade na cultura do trigo que a média histórica de produtividade se elevou dos 600 quilos hectare para mais de 1.200 kg. Inclusive existe, no Paraná, um núcleo selecionado de 1.800 tricultores que têm alcançado a média expressiva de mais de 1.500 kg/hectare, o que comprova o alto grau de profissionalismo nessa lavoura, com o cumprimento integral das recomendações técnicas no ciclo da cultura.

Por isso, ao ocuparmos a tribuna neste final de período legislativo, queremos significar a importância da triticultura para o Paraná e recomendar ao nosso povo e autoridades a formação de uma cerrada linha de defesa dessa cultura, mediante o destaque de alguns pontos como:

- 1º A manutenção da triticultura nas áreas tradicionais dos Estados do Sul não é incompatível com o avanço da lavoura pela região do cerrado brasileiro. A lavoura de trigo no sul é a melhor opção de cultura de inverno para milhares de agricultores que precisam ser amparados e estimulados, além de representar maneira econômica de manter a terra coberta e protegida nos meses frios do ano; além de garantia de produção para o Brasil.
- 2º A manutenção da triticultura na área tradicional do Sul significa o aproveitamento de uma pesquisa já desenvolvida e amortizada de mais de vinte anos, bem como de toda a estrutura básica desse órgão estatal eficiente que é o CTRIN — Departamento de Trigo do Banco do Brasil, que no Paraná é dirigido por uma das maiores autoridades no setor o diretor-adjunto Elov Gomes.
- 3º Não obstante, a compra estatal é apenas um dos pilares do tripé da triticultura nacional, sendo os outros dois a pesquisa altamente qualificada, que já garantiu a introdução de variedades mexicanas de alto rendimento em regiões mais aquecidas e a tradição agrícola do tricultor paranaense. A compra estatal, todavia, significa que o produtor pode plantar com tranquilidade, preocupando-se com os tratos de natureza agrônômica, porque a comercialização está garantida.
- 4º Embora não seja objetivo deste pronunciamento defender o atual sistema de comercialização, é oportuno lembrar que ele permite um abastecimento tranqüilo numa área vital para a alimentação popular, com um preço médio final aceitável para os padrões de renda de nosso povo. No dia em que tivermos o leite, a carne e outros produtos fluindo com a regularidade como ocorre com o trigo, o Brasil terá resolvido o problema alimentar de sua população.
- 5º Finalmente, levando em conta a conjuntura difícil em que se encontram os nossos agricultores, lembramos ao Governo a importância de fixação, já em janeiro/fevereiro próximos, dos preços de

aquisição e valores de custeio corrigidos para a safra de trigo de 1986, a fim de que os produtores com tradição na lavoura do trigo possam organizar seus planos-futuros, em termos de reposição de máquinas, preparação das terras e outras providências, minimizando as duras perdas com a estiagem deste verão. Esta antecipação de medidas — entre as quais lembramos o crédito para o produtor tradicional de trigo — deve ser vista pelas autoridades com uma das funções adicionais de redução dos prejuízos sofridos pela agricultura do Paraná, a ser compensada com os preparativos da futura safra de trigo.

Estamos seguros, Sras. e Srs. Deputados, que o Paraná, soube estimular a continuidade de sua cultura de trigo, saberá aproveitar a verdadeira alavancagem representada por essa lavoura de alto nível técnico e baixa demanda hídrica global, como forma de compensar o drama da atual conjuntura de seca e de continuidade de um ciclo agrícola que foi previsto há mais de 30 anos e que hoje se realiza na sua plenitude, com a grande safra de 2,6 milhões de toneladas de trigo em 1985".  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

U SR. FUAD NACLI — Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Péricles Pacheco da Silva.

O SR. PÉRICLES PACHECO DA SILVA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

O recente e de todo lastimável quadro de estiagem que o Paraná experimentou, nos últimos meses, e cujos reflexos sentiremos, todos, por longos anos adiante, não pode ser encarado como uma falta manifestação da natureza, apenas.

Se os fatores climáticos que levaram o Paraná a ser rudemente golpeado, com perdas incalculáveis para nossa economia, frustrações materiais e humanas que não sabemos ainda dimensionar na sua inteireza, tal a amplitude das perdas, façamos agora uma reflexão em torno das lições, duras lições, que retiramos dessa anomalia climática.

Se, por um lado, ainda não podemos determinar o fluxo das chuvas vitais para o desenvolvimento de nossas atividades agropastoris — sem falar no que elas representam como fator básico para a estabilidade social das cidades e o desenvolvimento industrial por outro, é forçoso reconhecer que a criação de uma mentalidade ecológica na população terá, de alguma forma, reflexos num futuro em que se poderá depender menos de tais anomalias.

A formação de uma mentalidade ecológica, capaz de compatibilizar o crescimento econômico com as necessidades básicas de manutenção de ecossistema, resguardando-a de violências que determinam, por exemplo, o assoreamento dos rios, ou a desertificação de áreas de terras, é obrigação de cada um de nós. É programa diário em que nós devemos envolver, cada cidadão, com o apoio do poder público.

Distantes das visões românticas dos chamados

partidos verdes ou movimentos paralelos, frequentemente incapazes de exergar que a preservação do ecossistema, a preservação ecológica, não é incompatível com a expansão das lavouras e das áreas industriais, desde que estas sejam montadas segundo os parâmetros técnicos que nos resguardem de calamidades ecológicas, convidamos aos nobres Deputados a breves reflexões sobre a realidade que ora expomos.

De um lado, entendemos que não cabe ao poder público, exclusivamente, a defesa do ecossistema, embora seja de todo recomendável a ação de seus organismos oficiais criados para a área, desde que se mantenham numa ação que busque harmonizar desenvolvimento econômico-social e qualidade do meio ambiente.

De outro lado, entendemos que caberão às novas gerações, os jovens que hoje ingressam na vida escolar, papéis fundamentais para o resguardo de nosso futuro, o futuro do nosso mundo imediato — a nossa cidade, o Paraná e o Brasil —, no que toca à preservação ecológica.

Assim, é forçoso que se crie, primeiramente, em nossa rede estadual de ensino, currículo de atividades escolares, com a introdução de cadeiras sobre Ecologia, Ecossistema, Preservação Ambiental. São soluções desejáveis, parciais, que pretendemos, em breve, até transformar em projeto de lei que submeteremos à apreciação desta Casa na certeza de que teremos, para nossa proposição, o amplo e irrestrito apoio dos senhores nobres Deputados.

Paralelamente à formação de uma mentalidade ecológica das novas gerações, e que ela venha a salvo de dirigismos ideológicos que colocam entraves do desenvolvimento econômico vital, como ao cultivo de lavouras racionamente estabelecidas ou indústrias que também respeitem o meio ambiente, haverá necessidades de outros gestos concretos.

Organismos internacionais vinculados à ONU como a FAO, dispõem de estudos, datados dos anos 60, que já nos advertem, com muita ênfase, da gravidade do problema hídrico. A falta d'água para as necessidades vitais do homem, num mundo cujas taxas de crescimento demográfico ainda são assustadoras — especialmente nos chamados países subdesenvolvidos — é tema que vem preocupando a comunidade científica internacional há décadas. Seria ocioso, no momento, trazer a este plenário o depoimento de respeitáveis homens de ciência a quem a FAO tem chamado para assessorá-la na prevenção de catástrofes da desertificação e das limitações cada vez maiores das reservas hídricas.

Assim entendemos que, se as duras lições das estiagens agora retiradas nos impõem um ônus social e econômico de difícil avaliação, dada a extensão do problema e seus desdobramentos para o futuro, é preciso reclamar a formação de permanentes forças deste Estado celeiro do País num trabalho de Vigilância Meteorológica.

Neste ano fomos penalizados com a seca, a inexorável estiagem que não poupou ricos e / ou pobres de todos os quadrantes do Estado. Em anos recentes, fomos abalados por chuvas incessantes, com danos também irreparáveis, perdas muitas das quais ainda não nos refizemos de todo.

Essa Vigilância Meteorológica, um programa de vigilância meteorológica, nada tem de utopia. É possível, existe em centros mundiais avançados. Não detém,

naturalmente, o curso da Natureza, das manifestações climáticas. Mas se montado tal programa, dentro de moldes científicos e com apoio financeiro para o qual se envolveriam o poder público e instituições particulares, com o respaldo imprescindível das universidades paranaenses, seremos, pelo menos, capazes, com alguma margem de tempo, de nos precavermos contra o pior.

A receita, no momento, que trazemos com estas reflexões, incluem, pois, a implantação de seguros programas curriculares visando à formação das novas gerações, em nossas escolas, para a defesa racional do meio ambiente; e também o desenvolvimento de sistemáticos programas científicos de vigilância meteorológica acompanhados de sondagens de nossas possibilidades hídricas alternativas. Estas as alternativas, devem comportar, com o mais amplo aprofundamento científico, um mapeamento de nossos recursos hídricos que não apenas os dos rios, mas aqueles que podem possibilitar, nas cidades, através de poços artesianos, amainar catástrofes cujas primícias sentimos com os obrigatórios racionamentos d'água, afetando milhões de seres humanos e afetando também e duramente a vida econômica dos grandes centros urbanos."

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, pretendo usar o restante do horário.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Tem a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esperava que hoje fosse o último dia deste período de convocação para fazer a minha saudação aos nossos companheiros com assento nesta Casa, a todas as bancadas. Mas por motivo de viagem, temos que nos ausentar e ficará alguém de nossa bancada para fazer a saudação.

Mas, quero, neste momento, eu que fiz um pronunciamento há poucos dias sobre a invasão de terras no Sudoeste, em que o Governador autorizava aos invasores que entrassem "na marra" numa área de terras, com toda a justificativa dizia que era um precedente muito sério. E aí está o resultado. As invasões aumentando dia a dia e a polícia agora, tão criticada no Governo passado, tirando agora "na marra" sim, estes invasores.

Querô deixar aqui neste último pronunciamento neste ano de 1985, o nosso apelo ao Governador do Estado, que tenha sensibilidade, ao querer retirar estes que entraram na terra seguindo o seu exemplo de que "entrassem na marra". Porque muitas crianças devem se encontrar nestas famílias. Muitos deles preocupados com suas situações difíceis e até agora sem solução. Não venho aqui fazer a defesa desta forma que julgo necessária, mas errada da maneira como vem sendo conduzida.

Disse há poucos dias que a reforma agrária é a mesma coisa do MOBIL, quando o Governo punha dinheiro no MOBIL, era para preparar alunos para o futuro MOBIL, porque dava dinheiro para o Mobil e faltava dos 7 aos 14 anos. Quando o Governo fala de reforma agrária, quando não tem condições de reassentamento, ele deixa em dificuldade o verdadeiro agricultor que lá se encontra vendo leiloadas as suas terras, os 5, 10 alqueires e entregando para os bancos, porque não existe um financiamento adequado e em condições de que ele possa plantar e viver na terra

Pág. 05

onde ele sempre esteve. E acontece o que estamos vendo, como lá na região do Vale do Itaipu, quase 600 propriedades sendo leiloadas pelos bancos, Banco do Estado, Bancos privados, Banco do Brasil, que fala agora numa prorrogação de três anos, mas é preciso que venha com urgência, que haja uma nova sistemática para que estes agricultores possam lá continuar para não engrossar mais ainda as fileiras dos sem terras ou inchar mais ainda as favelas que estão vendo dia a dia aumentando nos grandes centros.

Deixamos aqui nosso apelo ao Governador do Estado para que tenha a sensibilidade na solução por este problema por ele criado, porque quando autorizou a invasão "na marra", abriu um precedente muito sério e aí está, famílias entrando nas fazendas e agora a polícia indo evacuar, esta polícia como já disse, criticada no passado.

Disse há poucos dias um companheiro nosso, que a nossa oposição tem sido muito modesta; a nossa oposição (inaudível, retirado o som)...

Muito obrigado. (Sem revisão do do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à

Liderança do PCB. Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. Havendo declinado consulto a Liderança do PDT. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — Do Projeto de Lei n. 285/85, que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores supletaristas regidos pela Lei n. 6.508, de 13/12/73 e pelo Decreto n. 5.012 de 05/02/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de 2 anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

**Aprovado. (Publicado no D.A. n. 144, em 12/12/85).**

**3ª DISCUSSÃO** — Do Projeto de Lei n. 340/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 238/85) que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, destinado a cobrir despesas com obras e instalações com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

**1ª DISCUSSÃO** — Do Projeto de Lei Complementar n. 341/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 239/85) que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14 de 26/05/82, com vista a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidades em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n. 341/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O parágrafo único do artigo 83, fica

desmembrado em Parágrafos 1º e 2º, este com novo texto; e o Parágrafo Único do artigo 17; o artigo 45; o artigo 67; o artigo 68; o artigo 86 e seu Parágrafo 1º e, ainda, o artigo 296 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 .....

Parágrafo Único — Os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade previstos no inciso 11 deste artigo, excetuados os integrantes das polícias civil e militar do Estado, ou quem, há mais de cinco anos, exerce funções no âmbito da Polícia Civil do Paraná".

"Art. 45 — Os ocupantes das carreiras policiais civis previstas no artigo 13 desta Lei somente poderão ser promovidos à classe final pelo critério de merecimento".

"Art. 67 — Havendo dúvidas sobre as condições físicas ou mentais do servidor policial civil para o exercício do cargo, poderá, independentemente da instauração de procedimento administrativo, ser determinado que o mesmo seja submetido a exame por junta médica designada pela direção do Instituto Médico Legal, para os fins previstos nesta Lei".

"Art. 68 — O procedimento de readaptação será instaurado por decisão do Conselho da Polícia Civil, através de comissão especialmente designada, instruído, se necessário, com o laudo da junta médica prevista no artigo anterior, que deverá, entre outros elementos, mencionar o seguinte:

"Art. 83 — .....

§ 1º — A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade e será computada, igualmente, sobre as alterações dos vencimentos do cargo efetivo, somados ao anteriormente deferido.

§ 2º — A base de cálculo para os adicionais é a somatória dos vencimentos e da Gratificação de Representação, observado o disposto nesta Lei".

"Art. 86 — A Gratificação de Representação, incidente sobre os vencimentos, destina-se a indenizar as despesas extraordinárias decorrentes de ordem profissional ou social, inerentes à representação policial civil na comunidade e de representatividade da instituição policial civil.

§ 1º — A Gratificação de Representação fica atribuída aos integrantes das carreiras policiais previstas no artigo 13, desta Lei, assim fixada:

I — 60% (sessenta por cento), para o Delegado de Polícia;

II — 45% (quarenta por cento), para o Médico

Legista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista;

III — 35% (trinta e cinco por cento), para as demais carreiras"

Art. 296 — Os vencimentos, vantagens e anexos previstos nesta lei, são alteráveis por lei ordinária".

Art. 2º — O inciso IV, do artigo 2º da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º — .....

IV — que completou 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço público e haja atingido a classe única ou final da carreira"

Art. 3º — Os policiais civis que exerceram os cargos de Inspetor da Extinta Guarda Civil do Paraná e os de Perito Criminalístico e Auxiliar, terão níveis de remuneração

equivalentes, respectivamente, à classe inicial da carreira de Detetive e à classe única de Perito Policial, ambas do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a partir da vigência desta Lei.

Art 4.º — Os benefícios desta lei serão extensivos aos policiais civis na atividade, nos termos do artigo 179 e seus parágrafos da Lei Complementar n. 14/82, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 24, de 06 de dezembro de 1984.

Art. 5.º — Ficam revogados o § 3.º, do artigo 42 e o Parágrafo Único, do artigo 45, da Lei Complementar n. 14/82.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 341/85

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental n. 239/85, o presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, com vistas a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências.

A matéria compete ao Poder Executivo e não possui nenhum impedimento da natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 341/85

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, mensagem Governamental n. 239/85, tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, com vistas a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências.

A matéria encontra-se perfeitamente justificada nas razões que acompanham a Mensagem.

Analisando o aspecto financeiro do projeto, temos que nada impede que o presente plano de lei mereça aprovação dos demais órgãos desta Casa, visto que o comportamento das finanças do Estado apresenta-se de molde a suportar os encargos decorrentes do presente plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

IVAN GUBERT — Relator.

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 341/85.

PARECER:

A Mensagem Governamental 239/85, encaminha o Projeto de Lei Complementar n. 341/85, objetivando alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, com vistas a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos

integrantes da carreira policiais civis, bem como adotar outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre os aspectos relacionados aos recursos humanos, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, as alterações propostas referem-se basicamente à adequação da legislação vigente, cuja aplicação mereceu os presentes reparos objetivando um melhor desempenho de algumas rotinas inseridas no cotidiano policial.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(aa) PÉRICLES PACHECO — Presidente;

EDGARD PIMENTEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 342/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 240/85) que objetiva alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03/07/73, modificada pelas Leis ns. 6839 de 22/11/76, 7540 de 08/12/81 e 7637 de 10/09/82, que trata de fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N. 342/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A tabela de escalonamento vertical a que alude o artigo 107 da Lei n. 6417, de 03 de julho de 1973, modificada pelas Leis n. 6839, de 22 de novembro de 1976, n. 7540, de 08 de dezembro de 1981 e n. 7637, de 10 de setembro de 1982, passa a ser a seguinte:

### 1) Oficiais Superiores:

Coronel .....	1000
Tenente-Coronel .....	913
Major .....	872

### 2) Oficiais Intermediários:

Capitão .....	800
---------------	-----

### 3) Oficiais Subalternos:

1.º Tenente .....	731
2.º Tenente .....	658

### 4) Praças Especiais:

Aspirante-a-Oficial .....	532
Aluno (último ano) .....	272
Aluno (demais anos) .....	214

### 5) Praças:

Subtenente .....	532
1.º Sargento .....	477
2.º Sargento .....	412
3.º Sargento .....	374
Cabo .....	308
Soldado 1.ª Classe .....	272
Soldado 2.ª Classe .....	214

Art.2.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1986, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 342/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 240/85, o presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar a redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03/07/73, modificada pelas Leis n. 6839 de 22/11/76, 7540 de 08/12/81 e 7637 de 10/09/82, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A matéria é de competência do Poder Executivo, não possuindo nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente.

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 342/85

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 240/85, tem por finalidade alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03/07/73, modificada pelas Leis n. 6839 de 22/11/76, 7540 de 08/12/81 e 7637 de 10/09/82, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A matéria encontra-se perfeitamente justificada nas razões que acompanha a Mensagem.

Analisando-se o aspecto financeiro do projeto, temos que nada impede que o presente plano de Lei mereça aprovação dos demais Órgãos desta Casa, visto que o comportamento das finanças do Estado apresenta-se de molde a suportar os encargos decorrentes do presente plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N. 342/85

PARECER:

A Mensagem Governamental n. 240/85, encaminha o Projeto de Lei n. 342/85, objetivando alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417, de 03/07/73, modificada pelas Leis n. 6839 de 22/11/76, 7540 de 08/12/81 e 7637 de 10/09/82, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre os aspectos relacionados aos recursos humanos, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, tendo em vista os elevados interesses públicos, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1985.

(aa) PÉRICLES PACHECO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khuri) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Minoru Miyamoto, ocorrido no dia 17 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Divonsir Borba Côrtes, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nadi com apoio dos Senhores Deputados Anibal Khuri e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Divonsir Borba Côrtes, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um edifício para as instalações de Agência de Rendas no Município de Francisco Alves. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo informar as razões que a levaram a suspender por 15 dias o Professor Antônio Zander Filgueiras, pela Res. n. 5328/85. **Ao Sr. 1.º Secretário para informar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao novo Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo seja denominada de Rodovia "Ari Borba Carneiro", o trecho da estrada rodoviária que liga a localidade de Três Bicos ao Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "O Paraná, a seca e o xisto" publicado no jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicado no D.A. n. 146 de 16/12/85)

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia



Hruschka, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação Final, para os Projetos de Lei aprovados em 3ª Discussão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações, até o término do presente período extraordinário. **Aprovado.**  
À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 20, à hora

regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 244/85 e 336/85.  
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 341/85 e do Projeto de Lei n. 342/85.

Levanta-se a sessão.